

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
PresidenteWILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES
EditorPAULO TOTTI
Editor ExecutivoMARCELO BERABA
Editor ExecutivoORIVALDO PERIN
Secretário de Redação

SISTEMA JB

SERGIO REGO MONTEIRO
Vice-PresidenteJORNAL DO BRASIL
HENRIQUE CABAN
Diretor Executivo

Pulso Firme

A forte reação das bolsas brasileiras e as projeções do dólar comercial e das taxas de juros nos contratos futuros da Bolsa de Mercadorias & Futuros indicam que o mercado espera o abrandamento da crise ainda este mês. Sem dúvida, muito contribuíram para essa mudança de expectativa a rapidez e a firmeza com que as autoridades monetárias brasileiras agiram para evitar estragos ao real e ao Brasil.

Entretanto, mesmo que se considere afastada a ameaça de um ataque especulativo ao real ou que se veja a fuga de capitais do mercado de ações como uma realização de gordos lucros em plena crise mundial das bolsas, o fato é que o país perdeu reservas.

Foram queimados pelo menos mais de 10% das suas reservas que estavam em US\$ 63 bilhões antes da crise e agora estariam pouco acima de US\$ 55 bilhões. A drástica elevação das taxas de desconto de liquidez do Banco Central foi um sinal inequívoco para o mercado financeiro (doméstico e internacional): o governo brasileiro vai defender o real e a estabilização da economia mesmo que isso implique retração da atividade econômica e desgaste político para o presidente Fernando Henrique.

O Brasil passou a imagem de um país que dispõe de vontade política, de instrumentos de política econômica e de uma equipe capacitada para enfrentar crises econômicas de origem endógena ou exógena. Se alguém não se recordava da habilidade com que o Brasil se saiu da crise cambial do México em dezembro de 94 e cujos efeitos perduraram ao longo de 95, a atuação da semana passada ficou para a história.

Até os economistas mais radicais da oposição elogiaram a firmeza e a presteza do governo na defesa do real. A crise dos mercados financeiros internacionais, no entanto, não ficou limitada ao sobe-e-desce nas bolsas. Embora nessas horas sempre ocorra transferência de renda entre comprados e vendidos, a verdade é que as perdas foram de tal extensão que o jogo não teve final de soma zero: todos perderam.

A brutal desvalorização de ativos nos mercados de ações, *commodities*, futuros, derivativos e imóveis minou as garantias bancárias.

As advertências do presidente do Federal Reserve Bank, Alan Greenspan, sobre a "exuberância irracional" do preço dos ativos nesses mercados, não foram ouvidas por bem, mas acabaram compreendidas por mal.

O Brasil foi o país mais afetado, dada a violenta volatilidade dos pregões, cujos índices estão ancorados em apenas dois papéis: Telebrás e Eletrobrás, que respondem por 60% do índice da Bovespa. Mas, se o Brasil saiu-se bem do teste imposto ao real, diante da incerteza quanto ao tempo que o mercado de crédito internacional levará para recuperar a normalidade, novas e duras medidas serão necessárias no campo fiscal para reforçar a solidez do real e do plano de estabilização.

O Congresso daria enorme demonstração de responsabilidade se aprovasse rapidamente as reformas administrativa, previdenciária e tributária para abrir espaço à reorganização dos gastos do Estado. O setor público precisa deixar de ser gastador perdulário para ser um poupador eficiente. Isso devolveria ao país a capacidade de crescer às altas taxas de desenvolvimento do passado e ajudaria a corrigir as distorções sociais acumuladas desde a década perdida dos anos 80.

Mas o impacto destas medidas fiscais só seria sentido no final de 98 e o Brasil precisa recuperar as reservas e renovar os empréstimos que vencem até o fim do ano, em montante estimado entre US\$ 7 bilhões e US\$ 8 bilhões. Cortes mais profundos nos gastos do setor público seriam bem vistos pela comunidade financeira internacional.

O leilão de privatização da Companhia Paulista de Força e Luz amanhã será um bom teste de como a comunidade financeira avalia o Brasil depois da crise. A rigor, o leilão poderia esperar uma conjuntura melhor, como fez o BNDES ao adiar a venda de ações preferenciais da Vale do Rio Doce, marcado para janeiro. Mas, diante da retração do mercado internacional de crédito, o Brasil não pode dispensar os dólares dessa privatização, cuja receita superaria os R\$ 3,3 bilhões da venda da Vale, sendo metade em moeda estrangeira. Se o mercado reagir, tanto melhor. Evitará novos remédios amargos e os efeitos colaterais.